

**FICHA DE EXPECTATIVA DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA**

CONCURSO	
Edital:	013/2021 (03/03/2021)
Carreira:	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Unidade Acadêmica:	CCSA - DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
Área de Conhecimento:	DIREITO PRIVADO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA TODAS AS QUESTÕES DISCURSIVAS
Clareza e propriedade no uso da linguagem
Coerência e coesão textual
Domínio dos conteúdos, evidenciando a compreensão dos temas objeto da prova
Domínio e precisão no uso de conceitos
Coerência no desenvolvimento das ideias e capacidade argumentativa

**Questão 1: Valor (0,00 a 2,50)**

Discorra sobre a tutela dos direitos da personalidade no âmbito da proteção de dados pessoais no direito brasileiro contemporâneo. (02 páginas) **(0,00 a 2,50 pts)**

**Resposta Esperada:**

1. Abordar o conceito de direitos de personalidade;
2. Relacionar a tutela da pessoa humana decorrente dos direitos da personalidade no campo da proteção jurídica em face das diversas situações referentes aos dados pessoais;
3. Abordar o surgimento de legislação com tratamento próprio e autônomo à tutela dos dados pessoais nos diversos ordenamentos jurídicos;
4. Abordar o surgimento da legislação brasileira de proteção de dados pessoais (Lei Federal 13.709/2018 – LGPD) e a forma pela qual os direitos de personalidade inserem-se nessa legislação;
5. Abordar a tutela dos dados pessoais como direito fundamental na ordem jurídica brasileira;

**Questão 2: Valor (0,00 a 2,50)**

Disserte sobre a possibilidade de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos imigrantes à luz do atual entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. (02 páginas) **(0,00 a 2,50 pts)**

**Resposta Esperada:**

1. Falar sobre o reconhecimento da constitucionalidade da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos estrangeiros residentes no Brasil a partir do RE 587.970/STF;
2. Explicar o fundamento da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os objetivos constitucionais. Abordar a legislação ordinária L. 8.742/93 e o Decreto 6.214/07 com as comparações e conflitos legislativos;
3. Explicar qual o fundamento constitucional para garantir a igualdade entre brasileiros e estrangeiros no que é pertinente à titularidade de direitos fundamentais, inclusive, na ótica dos “Pactos de 66”;
4. Abordar a expressão “a assistência social será prestada a quem dela necessitar”;
5. Destacar a extensão do benefício aos estrangeiros regulares com fator de discriminação o que contraria o Declaração de Direitos Humanos;

**Questão 3: Valor (0,00 a 2,50)**

Qual o conceito, o objetivo e os principais aspectos de conteúdo do chamado “Trabalho Decente” na perspectiva da Agenda 2030 da ONU e, em particular, como assegurar o direito a trabalhar às pessoas LGBT. (02 páginas) **(0,00 a 2,50 pts)**

**Resposta Esperada:**

1. Quando surge o debate sobre o trabalho decente: falar sobre o Pacto Internacional de Direitos Econômicos e a declaração da 87ª Conferência da OIT;
2. Abordar a ODS 8 da Agenda 2030 e fazer a diferença entre emprego e trabalho decente. Abordar as metas 8.3 a 8.8 da Agenda 2030;
3. Explicar o elemento nuclear da teoria do trabalho decente. Falar sobre a dignidade humana;
4. Falar sobre a diferença salarial, as condições de trabalho, políticas públicas, barreiras do preconceito e da discriminação e das estratégias de igualdade e liberdade para a pessoa LGBT;
5. Falar das diretrizes abordadas pela meta 8.5 da Agenda 2030 sobre a garantia de emprego pleno e trabalho decente para todos com abordagem dos quatro objetivos estratégicos;

**Questão 4:****Valor (0,00 a 2,50)**

A Lei de Liberdade Econômica determina que a administração pública evite praticar "abuso do poder regulatório". Nesse âmbito, aponte cinco condutas que não podem ser indevidamente praticadas, contextualizando cada um de seus sentidos normativos com exemplos concretos e/ou hipotéticos. (02 páginas) **(0,00 a 2,50 pts)**

**Resposta Esperada:**

1. Introdução sugestiva: fundamentos do abuso de poder regulatório: requisitos, exceções e destinatários das normas;
2. Identificação de cinco garantias de livre iniciativa em espécie (DDLE, art. 4º, I a IX);
3. Identificação de cada pretensão normativa subjacente às garantias escolhidas;
4. Tratamento de casuística real ou hipotética para cada garantia;
5. Considerações finais sugestivas: desafios e dificuldades. Abrangência. Prova. Regulamentos autônomos;

NATAL, 18 de Julho de 2021 às 22:07.

Assinado digitalmente em  
18/07/2021 21:49

ANDERSON SOUZA DA SILVA LANZILLO  
PRESIDENTE

Assinada digitalmente em  
18/07/2021 22:00

ERICK WILSON PEREIRA  
1º EXAMINADOR

Assinado digitalmente em  
18/07/2021 21:53

MARCELO LAUAR LEITE  
2º EXAMINADOR